



PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO EM SAÚDE – UMA EXPERIÊNCIA DE APRENDIZAGEM NA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA

PARTICIPATIVE PLANNING IN HEALTH – A LEARNING EXPERIENCE IN THE MULTIDISCIPLINARY RESIDENCY IN FAMILY HEALTH

Maria Idalice Silva Barbosa 1

Fábio Solon Tajra 2

Maria do Socorro de Sousa 3

RESUMO

A experiência de utilização da ferramenta do Planejamento Participativo na construção da prática pedagógica vivenciada na Residência Multiprofissional em Saúde da Família (RMSF), da Escola de Formação em Saúde da Família Visconde de Sabóia (EFSFVS), oportunizou múltiplas aprendizagens geradoras de reflexões, as quais se encontram discutidas no presente artigo. Essas reflexões deixam claro que não é pertinente atrelarmos, de modo linear ou determinista, a garantia de resultados de uma ação humana coletiva ao uso de uma ferramenta de planejamento. Tampouco, é possível concluirmos linearmente que o fato de garantirmos a participação de todos por meio de uma metodologia participativa garante o processo democrático e que as ações saiam do papel e tornem-se ato. A EFSFVS, por meio da RMSF, oportunizou uma aprendizagem muito rica resgatando a vivência de um processo participativo que deixou um saldo de aprendizado positivo para os que vivenciaram, refletiram e auto-avaliaram o seu fazer.

Palavras-chave: Planejamento Participativo; Poder; Participação Social.

ABSTRACT

The experience in using the Participative Planning instrument in the construction of the pedagogical practice experienced in the Multidisciplinary Residency in Family Health program (MRFH) in the School of Education in Family Health Visconde de Sabóia (SEFHVS) enabled multiple learning that generated considerations, which are discussed here. These considerations clearly shows that it is not possible to linearly and/or in a determinist way ascertain that the results of a collective human action are granted just because a planning instrument is used. Nor it is possible to conclude that ensuring the participation of all through a participative methodology ensures a democratic process or yet that actions will become true. The SEFHVS promoted, through the MRFH, a rich learning process and recovered the experience of a participative process that resulted in a positive learning experience to those who reflected and self-evaluated their practice.

Key-words: Participative Planning; Power; Consumer Participation.

1 - Psicóloga. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Tutora da Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Escola de Formação em Saúde da Família Visconde de Sabóia – EFSFVS.

2 - Dentista. Mestrando em Biotecnologia pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Atua na Auditoria do SUS de Sobral-CE.

3 - Pedagoga. Mestre em Psicologia pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Diretora Pedagógica da OfinArtes - Centro de Vivências Educativas e Membro do Grupo de Estudo Pesquisa e Ação Pedagógica da OfinArtes - GEPAP.

1 INTRODUÇÃO

A Residência Multiprofissional em Saúde da Família (RMSF) da Escola de Formação em Saúde da Família Visconde de Sabóia (EFSFVS) oportuniza a reflexão e a vivência de temas relevantes em saúde pública. A proposta pedagógica para Residência tem como objetivo *capacitar profissionais de nível superior para atuarem na Estratégia Saúde da Família, qualificando-os para o novo modelo de atenção proposto*. Fundamentada numa concepção pedagógica baseada na participação, no diálogo e na problematização da realidade vivenciada pelos profissionais da saúde, propõe-se formar diversas categorias profissionais para atuarem na Estratégia Saúde da Família (ESF). Para isso, propõe em seu modelo pedagógico organizar-se através das vivências de aprendizagens (vivências teórico-conceituais, de território, de extensão e de produção científica), que proporcionam ao residente aprofundar temas e situações práticas relacionados à Atenção Básica.

Durante a vivência teórico-conceitual relacionada ao Planejamento em Saúde, tivemos a oportunidade de conhecer várias ferramentas de planejamento buscando sintonizar-se com a proposta do Sistema de Planejamento do SUS quando afirma que o Planeja SUS *deve possibilitar a consolidação da cultura de planejamento de forma transversal às demais ações desenvolvidas no SUS* (BRASIL, 2009). Por uma afinidade com o modelo pedagógico adotado pela RMSF, o corpo docente, junto com a coordenação, resolveu experimentar o uso do Planejamento Participativo, compreendendo que o aprendizado significativo se consolida não apenas com o conhecimento, mas na vivência.

*A Residência
Multiprofissional em Saúde
da Família (RMSF) da
Escola de Formação em
Saúde da Família Visconde
de Sabóia (EFSFVS)
oportuniza a reflexão
e a vivência de temas
relevantes em
saúde pública.*

Esta experiência de utilização da ferramenta do Planejamento Participativo na construção de uma prática pedagógica, vivenciada com a 6ª e a 7ª turmas da RMSF, oportunizou múltiplas aprendizagens que foram construídas ao longo de acordos e desacordos, consensos e dissensos, conclusões e inconclusões, bem como outras dinâmicas da *práxis*.

A prática do Planejamento Participativo foi desenvolvida através de oficinas com duração variada, nas quais tutores, preceptores e residentes, ora em equipes multiprofissionais, ora com seus pares, se encontravam em vários espaços da EFSFVS e da comunidade para vivenciar o Planejamento Participativo. Inicialmente, realizamos o exercício da metodologia junto ao corpo docente da EFSFVS e, logo em seguida, tutores e preceptores foram estimulados a vivenciar o uso da ferramenta junto aos residentes.

Dessa forma, o processo foi desencadeado numa lógica de experimentação nas rodas do corpo docente no intuito de vivermos uma experiência matriz a ser desencadeada junto aos residentes em dois sentidos de direção: nas seis Equipes Multiprofissionais dos territórios da ESF e nas equipes de cada categoria presente na Residência (psicologia, enfermagem, odontologia, fisioterapia, terapia ocupacional, farmácia, serviço social, fonoaudiologia, nutrição e educação física). A idéia era que a proposta pudesse ser vivenciada nos vários espaços de atuação dos residentes, a fim de nortear ações a serem desenvolvidas tanto no âmbito multidisciplinar como disciplinar, buscando pontos comuns e específicos de atuação para todos os atores da ESF.

Segundo Gandin (1995), o processo de Planejamento Participativo compõe-se de três etapas: elaboração, execução e avaliação. A primeira consta da elaboração do Marco de Referência que abrange os Marcos Situacional, Doutrinal e Operativo. Esta etapa é realizada por meio de perguntas que são respondidas individualmente. A partir das respostas, elabora-se um texto coletivo que registra as reflexões do grupo em relação aos desafios que a realidade lhe impõe, expressa o tipo de sociedade que o grupo se propõe a construir e firma os ideais de prática escolhidos para caminhar na direção desta sociedade desejada.

Em seguida, inspirado no método científico da pesquisa participante, o grupo é convidado, por meio de perguntas respondidas em um processo de entrevistas intra-grupo, a refletir, à luz do Marco de Referência, sobre a distância em que se encontra do ideal de ser, fazer e conviver para construir a sociedade idealizada. Estas reflexões dão origem a um novo texto que expressa

um Diagnóstico da atual situação vivida pelo grupo. Este documento revela as necessidades do grupo com base nas quais é feita uma Programação, voltada para esclarecer as ações, os valores e as decisões sobre o que fazer, e de que maneira ser e conviver para avançar na realização da sociedade almejada, apontada no Marco Referencial.

As etapas seguintes constam da execução e avaliação desta programação feita, em um período delimitado pelo grupo, com o intuito de ajustar e reprogramar o caminho em direção ao ideal traçado.

Nestas atividades em grupo, os atores envolvidos se propuseram a buscar consensos, trocar experiências e se mobilizar, segundo os seus objetivos, necessidades e interesses. O uso da ferramenta proporcionou reflexões sobre o sentido de suas ações, a identificação e a valorização dos problemas pelos próprios participantes, ora junto ao multi, ora junto aos pares. Como ressalta Demo (1988), a prática do Planejamento Participativo pressupõe o fenômeno da autopromoção, entendida como uma política social centrada nos próprios interessados que passam a autogerir ou pelo menos a co-gerir a satisfação de suas necessidades.

O desenvolvimento desta metodologia na EFSFVS buscou oportunizar a autocrítica tanto em relação às práticas pedagógicas, como às práticas de saúde experimentadas pelos diversos grupos que compõem a RMSF.

A partir da vivência do Planejamento Participativo nestes diversos grupos da RMSF, foram sendo elaborados Marcos de Referência, Diagnósticos e Programação com propostas alternativas para solucionar os problemas vivenciados através do poder de decisão, da crítica e da avaliação de cada integrante do grupo sobre sua realidade vivida, tendo em vista, não apenas o seu bem estar isolado, mas a construção do coletivo no exercício de uma cidadania efetivada por meio da participação de todos na decisão conjunta dos rumos escolhidos, na identificação do posicionamento e motivação frente aos desafios que se impõem na busca do sonho a ser perseguido.

O desenvolvimento desta metodologia na EFSFVS

buscou oportunizar a autocrítica tanto em relação às práticas pedagógicas, como às práticas de saúde experimentadas pelos diversos grupos que compõem a RMSF. Foi desencadeada a construção de um processo estimulador de mudanças individuais e coletivas, considerando as experiências e saberes diversos existentes nos grupos.

Ao longo desta experiência de construção compartilhada observamos que o processo de trabalho de todos os atores envolvidos nos grupos que compõem a RMSF tem mais a dizer em relação ao processo do que dos produtos. Vale ressaltar que cada um dos atores envolvidos nesta experiência construiu sua idéia sobre a ferramenta. Alguns a compreendendo como algo útil, facilitador da integração e da democracia; outros como uma ferramenta que não vale a pena utilizar por ser complicada e trabalhosa; e outros ainda, percebendo que apesar de trabalhosa valia a pena ser utilizada.

1.1 A Experiência e as Aprendizagens do Vivido e Não Vivido

Um primeiro aspecto importante que destacamos desta vivência é a diversidade de grupos que experimentavam ao mesmo tempo a ferramenta. A lógica do experimento com a qual desencadeamos o processo não fluiu como jogo de dominó, mas como um rio cheio de quedas d'águas e correntezas, talvez, sem a profundidade necessária para nos proporcionar uma boa navegação.

As vivências teórico-conceituais da RMSF têm uma duração de aproximadamente dois meses. Desencadear um processo nesse nível de complexidade, envolvendo toda a diversidade de atores e grupos no tempo de aprendizagem com o qual a RMSF caminha, pareceu-nos algo ambicioso que dificultou o processo.

Tanto as equipes multiprofissionais como as equipes de categoria profissional afins deveriam vivenciar o experimento. Este era um aspecto interessante que aumentaria a complexidade da vivência. Nos planos a serem elaborados deveríamos navegar nas mesmas águas, isto é, os Marcos de Referência das equipes multiprofissionais deveriam se articular e compor os planos nas equipes de categoria profissional afins. No entanto, o ritmo de um não era o ritmo de todos. A lógica de uma vivência matriz geradora não se efetivou fluindo do grupo matriz para as equipes multi, e em seguida, para as categorias. Essa lógica de seguimento do curso no qual deveriam caminhar os processos talvez não tenha sido compreendida por todos. O tempo cronológico da RMSF sinalizava para início de uma nova vivência

*A Residência
Multiprofissional em Saúde
da Família (RMSF) da
Escola de Formação em
Saúde da Família Visconde
de Sabóia (EFSFVS)
oportuniza a reflexão
e a vivência de temas
relevantes em
saúde pública.*

teórico-conceitual, e logo as águas em que estávamos navegando escassearam ainda mais e suas águas ficaram ainda mais turvas.

A busca por um sentido comum no exercício do Planejamento Participativo, por exemplo, é outro ponto importante no processo de planejamento e exige o nível de integração e cooperação constante entre todos os participantes do grupo. A integração entre os atores é fator decisivo no exercício desta prática e tem sido citada por diversos autores, como Viana (1986), ao afirmar que *o Planejamento Participativo constitui-se uma estratégia de trabalho, que se caracteriza pela integração de todos os setores da atividade humana social, num processo global, para a solução de problemas comuns*. Clarear o sentido comum não tem sido tarefa fácil para esse conjunto de atores. Como delimitar o que é comum para o universo de atuação de dez categorias profissionais diferentes? Ou mesmo, como integrar focos de atuação específicos de todas as categorias envolvidas em um horizonte comum a todos?

Outro ponto interessante dessa experiência foi o aspecto da vivência da participação como condição *sine qua non* para alcançar o resultado do plano. Com base nos resultados de uma fase e a partir da contribuição de todos os participantes foi possível avançar para as fases seguintes.

O ato de participar exige consciência, liberdade, comprometimento e, sobretudo, autonomia. Participar sugere abertura, oportunidade, intencionalidade e responsabilidade. Cada um dos atores tem sua vivência pessoal de participação e democracia, e esse aspecto revestiu-se de inúmeras interpretações durante o processo.

A paciência, a tolerância, o ouvir e o respeitar as idéias dos outros são aspectos que pulsam com a ajuda

da metodologia do Planejamento Participativo. Muitas vezes, isso nos pareceu perder o sentido e as pessoas queriam logo passar para a ação propriamente dita, como normalmente se percebe quando se trabalha a lógica do cotidiano. Outras, ainda, gostariam de debater mais as idéias.

Para alguns, ao se deparar com as idéias antagônicas e/ou divergentes, logo cessa a paciência e a tolerância em escutar e debater, e a crença de que é possível haver entendimentos e assim, seguir na tentativa de perceber o que converge e o que diverge, e a partir disso dialogar no sentido de aceitar as divergências, buscando a clareza de qual medida tais pontos divergentes contradizem o essencial, e/ou fazem parte da riqueza da diversidade, como é próprio ao um processo democrático. Este foi um exercício sofrido. Queríamos o produto, mas até que ponto estávamos dispostos a realizar o esforço que o processo democrático exige?

É preciso refletir e reconhecer que colocar o poder de decisão nas mãos de apenas alguns não faz parte da democracia, entretanto, este é um funcionamento coletivo e mais cômodo, quando queremos achar "culpados" pelo que não foi feito ou pelo que não está funcionando. Dividir o poder de decisão implica assumir não só o bônus, mas o ônus de toda decisão do grupo.

Participar, portanto, exige um alto nível de interação grupal no exercício de uma tarefa cooperativa, não é algo sem direção ou aleatório, mas um processo a ser cuidado nos grupos, com diretividade, firmeza e respeito. Segundo Bordenave (1986), a participação não se aprende pela leitura de textos, nem assistindo conferências ou preleções, mas sim participando. Ademais, Gandin (1995) esclarece que o Planejamento Participativo:

é um processo em que as pessoas realmente participam porque a elas são entregues não só as decisões específicas mas os próprios rumos que se deve imprimir... Os diversos saberes são valorizados, cada pessoa se sente construtora (...) de um todo que vai fazendo sentido à medida em que a reflexão atinge a prática e esta vai esclarecendo a compreensão, e à medida em que os resultados práticos são alcançados em determinado rumo (GANDIN, 1995).

Ao pensarmos sobre tudo isso como um experimento, outro ponto nodal dessa vivência nos salta aos olhos:

o que gerou o fato de tudo ter sido compreendido e vivenciado como um experimento? Segundo Ferreira (2009), experimentar significa: *ensaiar, verificar as qualidades de, pôr à prova, sofrer, suportar, experimentar dificuldades*.

Ao experimentarmos algo, fica sugestionado que esse algo ainda será analisado e validado. Até que ponto o planejamento vivido como experiência teria impacto para direcionar as nossas práticas e dar efetividade, resolubilidade e concretude às idéias almejadas? Os grupos seguiram seus ritmos, rios se bifurcaram, alguns como córregos, outros como correntezas e ficamos a pensar no que significou para nós, atores integrantes desse processo, o que ficou de significativo de toda essa vivência.

1.2 Articulando Experiência a Múltiplos Olhares

A capacidade de pensar e antecipar em sua mente uma ação é o que caracteriza e, até define, a natureza humana. Tornar uma idéia em ato exige método. É o que nos lembra Gandin (1995) quando diz que *não será possível pescar nenhum peixe razoável sem pensar no anzol e na rede, sem distinguir o rio do mar, sem conhecer linhas e iscas, sem apanhar chuva e sentir o sol*. Desde que o ser humano se distinguiu dos outros animais esta diferença vem sendo compreendida como uma capacidade de antecipar o futuro e construí-lo, conforme sua vontade consciente, isto é, sua capacidade de planejar. É nesta perspectiva que nos lembra Gandin (1995), que o planejamento é natural ao ser humano; para qualquer ação que produzimos, fazemos o que é essencial ao planejamento; motivados por algum problema, acompanhado de alguma esperança de alcançar mudança, propomos um futuro desejável.

A tarefa de planejar poderá ser simples, quando cotidianamente tomamos algumas decisões sobre como cozinhar um feijão de maneira mais eficiente, e vai adquirindo uma complexidade, quando nos deparamos com tarefas mais complexas como, por exemplo, planejar uma profissão. O que dirá, pois, da complexidade desta tarefa, quando saímos da esfera do individual e precisamos traçar rumos que afetam um grupo, uma sociedade? Ou ainda, quando a tarefa é planejar um trabalho de forma conjunta com um grupo interdisciplinar de dez categorias diferentes que atuam em seis territórios diferentes?

Pensando nesta complexidade, surgem algumas reflexões. É possível pessoas com formações diferentes, ideologias diferentes, crenças diferentes traçarem um

*...não será possível
pescar nenhum peixe
razoável sem pensar no
anzol e na rede, sem
distinguir o rio do mar,
sem conhecer linhas e
iscas, sem apanhar chuva
e sentir o sol.*

rumo comum para além do seu desempenho individual? É possível que os resultados de um trabalho sejam igualmente almejados por todos, de forma que superem a divisão de tarefa e todos compartilhem o rumo do trabalho para além do foco de sua responsabilidade individualmente assumida? De que forma poderíamos conciliar idéias conflitantes e traçar metas comuns? É possível tomar decisões que dizem respeito a assuntos macro de forma coletiva, com as idéias, decisões e opiniões de todos? O ser humano é capaz de optar pela cooperação ao invés da competição? De que forma é possível equacionarmos divergências em um grupo? É possível, ainda, construir um compromisso coletivo capaz de tornar idéias em ações, traçar rumos comuns e transformar a realidade vivida em direção ao futuro desejado, ou esta tarefa pertence somente aos líderes, aos chefes ou às pessoas que entendem bem de metodologias de planejamento?

Estas perguntas são pertinentes, quando prestamos atenção aos inúmeros planos que ficam nas gavetas ou inconclusos; os planos que são executados sem a concordância de todos. Naturalizamos uma forma de agir que programa apenas ações de curto prazo, a serem executadas sem pensar, impulsionados apenas pela pressão externa, por comodismo ou falta de perspectiva, e/ou descrença na possibilidade de mudança.

É comum no ambiente de trabalho realizarmos tarefas sem a menor articulação com um sentido maior que dê significado a elas, e cada um se responsabiliza somente pelo que supõe ser sua responsabilidade de forma alienada da articulação do seu fazer com o objetivo que se quer alcançar como coletividade. Existiria um método que nos ajude a superar isso? Ou seria isso o resultado de um hábito cultural de nós, pessoas colonizadas acostumadas a obedecer a ordens de cima sem questionamentos ou criticidade, ou desinteressadas dos objetivos e rumos do trabalho que desempenhamos no dia-a-dia? A divisão dos que pensam e daqueles que fazem é algo possível de ser

superado? O que sustenta essa divisão entre os pensadores e os fazedores estaria somente no autoritarismo dos assumem a tarefa de pensar? Qual a responsabilidade que tem os fazedores por esse estado de coisas?

A *participação* é o conceito que pulsa no meio dessas reflexões na medida em que sua concretização responderia boa parte das perguntas formuladas. E o cerne de qualquer planejamento está centrado no ato humano de pensar, mas gostaríamos agora de trazer reflexões sobre o ser e o fazer envolvidos no ato elaborar um plano.

O cerne da participação, como bem define Sales (2005), está no aprender a ter poder. Esse é um ponto interessante de reflexão, pois como Gandin (1995) nos afirma que um planejamento é participativo quando as pessoas decidem conjuntamente, isto é, quando o poder de decidir está equacionado, e não nas mãos de um, ou de uns. Contudo, Sales (2005) em sua definição, aponta-nos um pressuposto de falta: precisamos aprender a ter poder para participar. Isso nos faz pensar: até que ponto soubemos e/ou sabemos usar este poder? Como aprender a ter poder? Trata-se de uma aprendizagem que não adquirimos nos bancos escolares, nem nos departamentos universitários, tampouco, nos partidos políticos.

Na tentativa de iluminar esse diálogo trazemos as idéias de Lauro de Oliveira Lima, um educador cearense e estudioso das idéias de Piaget. Segundo Lima (2005):

a história do homem tem sido a história de sua socialização. Dizer, simplesmente, que o homem é um animal social, além de ser um lugar comum, é tomar posição essencialista e a priori que não ajuda no esforço milenar da civilização de tornar o homem um animal cooperativo (LIMA, 2005).

O autor chama a atenção para o fato de que a possibilidade da cooperação não nos autoriza a deduzir que o ser humano é social, sobretudo, quando aceitamos a definição de social como a *capacidade de operar em conjunto (cooperar)*, como conceitua o autor.

Esses são argumentos interessantes para esse debate se atentarmos para o fato de que a ação cooperativa exige um grau mínimo de compartilhamento de poder. É importante refletirmos sobre como o poder estava sendo compartilhado nas equipes. Vale a pena prosseguir com as idéias de Lima (2005) em suas reflexões sobre a sociabilidade, reproduzindo alguns trechos de seu pensamento que fundamentaram o debate:

... um planejamento é participativo quando as pessoas decidem conjuntamente, isto é, quando o poder de decidir está equacionado, e não nas mãos de um, ou de uns.

Pode-se entender a sociabilidade como o resultado de um ato reflexivo, ou como uma feliz descoberta ao longo das vicissitudes da história humana. As guerras, as lutas fratricidas, a exploração do homem pelo homem, a escravidão, o colonialismo, os crimes, as castas, as classes, os privilégios, tudo isso que tem construído a história da civilização do homem é a mais grave tarefa racional da humanidade. Por que supor, gratuitamente, que o homem 'tende' para socialização, quando é evidente que só coopera forçado pelas circunstâncias ou a partir de um ideal superior escolhido e aceito?

(...) Apesar da evidência da funcionalidade do equipamento coletivo, os maiores obstáculos são criados para construí-lo.

(...) Talvez esteja, nos milhões de neurônios de seu cérebro privilegiado, o segredo da sociabilidade e da cooperação: um animal capaz de produzir infinitas combinações neurônicas está apto a encontrar a conduta necessária para produzir um trabalho cooperativo.

(...) As características propriamente 'humanas' não são senão interiorizadas de fenômenos surgidos da cooperação lúdica (jogo e atividade sexual) ou forçadas (trabalho e defesa comum). Estas atividades iniciais criam um 'ciclo dialético' (reação circular), de modo que a cooperação cria condições cada vez mais apropriadas para a cooperação (equilíbrio em nível qualitativamente superior).

A sociabilidade, pois, é um produto da

cooperação, como a cooperação é um produto da sociabilidade. (...) Cooperar, pois, é uma árdua aprendizagem para a consecução da qual nem sempre a humanidade tem criado condições necessárias.

Lima (2005) argumenta que o ser humano só coopera forçosamente ou movido por algum ideal superior aceito. Em nossa experiência a *cooperação* de todos na tarefa era vivida em função da metodologia ou existia algo maior, um ideal aceito por todos? Este ponto nos fornece alguns elementos para aprofundarmos o assunto.

Baseado na teoria psicogenética *piagetiana* o autor defende que tanto a *lógica* quanto o *amor* são processos de *equilíbrio*, ambos resultantes da cooperação. Antes de classificarmos a visão de Lima (2005) como pessimista em relação aos sentimentos humanos, vejamos como, mais a frente, ele aprofunda estas idéias e esclarece que:

Se a vida é uma atividade com uma direção, isto é, se o homem não pode viver sem objetivos e sem buscar resultados, e se estes resultados, em certo nível 'prático', não podem ser obtidos senão cooperativamente (mediante trocas de todos os tipos e níveis), pode-se dizer que o comportamento humano é sempre um fato social e como tal deve ser tratado, tanto pelo pedagogo e pelo sacerdote quanto pelo psicoterapeuta. (LIMA, 2005).

Dialogando com as idéias de Lima (2005) e o conceito de *Participação* apresentado por Sales, segundo o qual *participar é aprender a ter poder*, podemos refletir e buscar luz sobre algumas perguntas que surgem quando fazemos uso de alguma ferramenta de planejamento, sobretudo, uma ferramenta que tem na participação

O Planejamento Participativo propõe trabalhar com o nível da participação conjunta em que o poder de decidir está com o grupo.

seu eixo central, a partir do qual se desdobra todo o processo de feitura do plano, e buscamos compreender em que aspecto e/ou que condições podemos apostar em resultados.

Segundo Gandin (1995), a ação humana de planejar envolve o domínio de uma ferramenta que só é válida se atender a dois requisitos: científico e participativo. O autor lembra que o planejamento, como ferramenta, pode ser eficaz e científico, sem ser participativo. Para o autor, a participação é vista como critério ideológico de um posicionamento político. Da mesma forma que a educação não é apenas um meio para o desenvolvimento social, mas uma necessidade humana, assim também deve ser entendida a participação.

Se a participação, como defende Sales (2005), é *ter poder*, e se estamos falando de uma atividade humana que é planejar, seguindo a lógica dos argumentos de Lima (2005), devemos reconhecer que o planejamento que se propõe participativo pressupõe um modo de agir cooperativamente, e como bem diferencia o autor, não forçosamente, mas movidos por um ideal comum, consensuado por todos. Agir cooperativamente é sempre uma árdua tarefa como nos lembra Lima (2005). É possível concluirmos que esse ardor, implicado nesta tarefa estaria neste aprendizado de compartilhar o poder?

O Planejamento Participativo propõe trabalhar com o nível da *participação conjunta* em que o poder de decidir está com o grupo. Mas, como esclarece Gandin (1995), é um nível em que o convite à participação não se restringe a decidir sobre aspectos menores, escolhendo ou "decidindo" entre algumas alternativas previamente idealizadas, por alguns, mas que não afeta o que realmente importa. O nível da participação conjunta, nas palavras do autor, acontece quando *o poder está com as pessoas*.

Gandin (1995) tem razão quando apresenta esse nível mais como uma idéia a ser construída do que como uma prática. O autor reconhece que as estruturas normalmente obstaculizam esse tipo de participação, sendo difícil, até mesmo, quando os governantes, líderes, coordenadores e chefes assim o desejam e defendem a democracia.

Em geral, lembra Gandin (1995), "*as pessoas realmente não acreditam na igualdade fundamental que têm entre si; acreditamos no mais "sábio", no mais rico, no mais forte, no mais poderoso*". E, ao acreditarmos nisso, refletimos, não seriam esses os poderes que entram em disputa, muito mais que o poder de realmente decidir sobre os rumos e os ideais que deverão nortear nossas ações, no caso, as ações de profissionais da saúde atuantes nas equipes multiprofissionais da ESF?

Consideramos a conceituação de participação de Sales uma sábia e provocativa definição, pois nos remete de imediato a outras reflexões: estou sabendo usar o poder? Que poder quero ter? Existiriam diferentes qualidades ou tipos de poder? Que poder me cabe no coletivo de que sou parte? Ao usarmos uma ferramenta participativa, de que forma distribui-se o poder? E ainda: que tipos de poder entram em disputa em uma atividade realizada coletivamente?

Essas perguntas são pertinentes, posto que distribuir um poder de decisão como se propõe operar o Planejamento Participativo pressupõe um compartilhamento, no universo de significados, a respeito do tipo de poder que se distribui, qual seja: o poder de decidir sobre as tarefas cabíveis ao corpo docente, às equipes 'multi' e às equipes de categoria sobre o quê fazer, como fazer para atuar de forma efetiva na Estratégia de Saúde da Família no nível da Atenção Primária do SUS. Seria esse o poder em disputa nos grupos? Esse tipo de poder é comumente o mais reivindicado, mas é o que mais permanece somente na reivindicação, pois tê-lo nas mãos implica grande compromisso e responsabilidade. Geralmente, queremos apenas reivindicá-lo, não usufruí-lo em função do seu peso.

Gostaríamos de trazer outro autor para o aprofundamento do debate. Apoiado nas idéias de Vygotsky, Brandão (2008) defende uma relação estreita entre participação e afetividade. Brandão (2008) fundamenta esta idéia esclarecendo que Vygotsky defende que toda atividade psicológica funda-se na afetividade, e assim, *vygotksyanamente compreendendo, todo sentimento é uma avaliação da condição humana, isto é, da relação do homem com o mundo e consigo mesmo. É emocionalmente que construímos os nexos entre as funções psicológicas, transmutando-as em sistemas complexos, multiformes e mutantes.* A força motivadora de toda e qualquer atividade humana tem por base a dimensão *afetivo-volitiva* na medida em que a apropriação da realidade pelo sujeito é sempre feita a partir de um horizonte de sentido e significado. A partir desses conceitos vygotksyanos Brandão (2008) nos fala que:

Uma vez resgatada a afetividade como constituidora e constituinte do sujeito e, por este motivo, entendida como processo humano indissociável do agir (ética) e do pensar (consciência), podemos também compreender que toda práxis crítico-transformadora, incluindo aí a participação em todas as suas dimensões

(social, política, comunitária), só pode também se instituir como expressão do pensamento e do afeto (BRANDÃO, 2008).

A partir desse fundamento, Brandão defende, em sintonia com Sales e Gandin, que a participação é sem dúvida exercer o poder, mas buscando ser bem exato, ele nos afirma que participar é *expressar livremente a potência para ação*. O autor esclarece que compreender a participação desse modo implica reconhecer que o processo participativo não é exclusivamente racional, desfazendo a idéia comumente aceita que existiria uma causalidade determinista entre a conscientização e a ação transformadora. Para Brandão *o sentido maior da participação é conferir sentido à nossa própria existência como sujeitos que rejeitam o 'non sense' de toda desmesura e afirmam o desejo irredutível de presentificar-se no mundo.* (BRANDÃO, 2008).

...para encontrar sentido em alguma tarefa coletiva é preciso antes que todos compartilhem um mesmo horizonte de significados.

A partir das idéias e argumentações desses autores é importante refletirmos: o que faz a ligação entre a conscientização e a ação transformadora? Concordamos com Brandão que não é somente a conscientização que garante ações transformadoras. Seguindo a sugestão de Brandão, é o *sentido* que nos fornece uma pista, e assim, aprendemos que precisamos buscar sentido nas tarefas desempenhadas. E essa busca de sentido deve ser procurada nas significações que pulsam em um coletivo, posto que há uma relação de *sentido* e *significados* como aponta Vygotsky.

A relação entre sentidos e significados para Vygotsky está no fato de que o sentido é o modo único e singular com o qual cada sujeito experimenta seu mundo e constrói sua história, sendo que essa experiência, ao mesmo tempo, nos universaliza como humanos, pois os sentidos se encarnam em um horizonte de significados, sendo este último, por sua vez, entendido como criação humana em sua vivência em sociedade.

Dessa forma, para encontrar sentido em alguma tarefa coletiva é preciso antes que todos compartilhem

um mesmo horizonte de significados. Qual o horizonte de significado comum a todos nós nessa vivência? Diríamos que este seria o trabalho de construção de saúde como um direito de todos como proposto no Sistema Único de Saúde (SUS). Diríamos que estaria no compartilhar os valores que regem os princípios e diretrizes do SUS, apropriando-se da universalidade, integralidade, equidade, bem como, da participação e hierarquização e descentralização. Até que ponto esse é o horizonte de significados que faz sentido para todos os atores desse processo? Até que ponto nós que conduzíamos o processo tínhamos claro a necessidade de criarmos um horizonte comum de significado a ser apropriado e revestido de sentido pessoal para todos os atores envolvidos no processo?

Gandin (1995) nos fala de um *poder de decidir*. Sales (2005) nos lembra de um *aprender a ter poder*. Brandão (2008) nos apresenta uma *livre expressão de uma potência para ação*. Todos estes autores tocam de maneira específica na questão do poder que envolve a participação. E considerando-se o que aponta Brandão, que participar significa expressar livremente sua potência de ação, é pertinente a pergunta: onde encontrar potência para ação? Como criar ou facilitar processos grupais que produzam ações potentes capazes de transformação? A potência para agir está intimamente ligada ao sentido que damos ao que estamos fazendo para nossas ações. Assim, as ações apontadas nas programações de qualquer plano só se transformarão em potência, na medida em que as ações adquirem um sentido pessoal para cada um dos participantes, e mais, um sentido encarnado em um horizonte comum de significado, encontrado nos valores que norteiam a sociedade de que somos parte.

Lima (2005), não trata desse aspecto do poder, mas pensa o planejamento como uma *fonte de cooperação*,

*Só podemos exercer nossa
humanidade coletivamente
e nunca individualmente,
posto que se não convivemos
como espécie não aprendemos
nem mesmo a falar. Sem
compartilharmos uma cultura,
um modo de ser e agir, não
nos humanizamos.*

e nos diz que *o planejamento é uma atividade lógica de nível superior*. Esclarecendo o ponto de vista do autor, quando fala de *atividade lógica de nível superior* faz referência aos estágios do desenvolvimento cognitivo segundo a teoria psicogenética de Piaget, reconhecendo o planejamento como uma construção teórica de um modelo prévio de ação, cuja origem psicogenética se encontra no fenômeno representado da ação motora possível quando um grupo alcança o nível operacional (LIMA, 2005).

Um aspecto interessante que Lima (2005) aborda é o fato de que não temos, como humanos, criado condições necessárias para cooperação. Esse é um aspecto interessante e daí podemos refletir: haveria condições a serem buscadas e/ou criadas, quando desejamos desenvolver alguma tarefa coletiva em que a cooperação seja seu eixo central? Que condições criariam ou facilitariam uma ação cooperativa? Não tínhamos clareza disso no experimento e partimos do pressuposto de que todos participariam da mesma forma.

É com espanto que reconhecemos o quão pouco sabemos sobre o que é ser humano. Contudo, percebemos que só nos reconhecemos como humanos na presença do outro. Só podemos exercer nossa humanidade coletivamente e nunca individualmente, posto que se não convivemos como espécie não aprendemos nem mesmo a falar. Sem compartilharmos uma cultura, um modo de ser e agir, não nos humanizamos.

Acreditamos, como defende Morin (2003), que nossa humanidade se define tanto no aspecto do fenótipo como do genótipo. Somos humanos como seres, singulares, únicos, ego, indivíduo, isto é, somos *fenon*, aspecto que corresponde à marca das imposições e estímulos do ambiente em que vivemos e construímos autonomia de ser na e pela existência ativa no mundo, aspectos que potencializam o egoísmo que garante a defesa do “eu” enquanto fenótipo. Mas também, por outro lado, nossa humanidade se define genericamente como pertencentes ao gênero humano, eco, espécie, dependência, pertença, representatividade, isto é, somos *genos*, aspecto que remete ao genérico, gerador, patrimônio genético hereditário, aspectos que potencializam o altruísmo, pelo reconhecimento do nós e inclusão do outro no meu centro de identidade única e singular. Nesse sentido, é importante primeiro reconhecermos que somos humanamente fenótipo e genótipo, e então, refletirmos: o que temos exercitado e/ou potencializado mais na sociedade e nos grupos com os quais convivemos, nosso egoísmo e individualidade, *fenon*, ou nosso altruísmo, coletividade, *genon*?

2 CONCLUSÕES

Quantitativamente haviam seis Planos referentes aos seis territórios de atuação da RMSF, mais dez planos referentes à atuação das dez categorias profissionais a serem articulados com os planos das equipes multi dos territórios, e, ainda, o plano do corpo docente. Os produtos ainda estão em curso, algumas equipes ficaram no Marco de Referência, outras avançaram para o Diagnóstico, outras ainda, estabeleceram diagnósticos e escreveram Programações, e outras ainda, concluíram etapa de elaboração do Plano, mas ainda não iniciaram a fase de execução e avaliação.

Temos mais a dizer do processo do que do produto. A ESFVS, por meio da RMSF, oportunizou uma aprendizagem muito rica resgatando a vivência de um processo participativo que deixou um saldo de aprendizado positivo para os que viveram e refletiram o seu fazer.

Quando tudo corre bem, não há como saber o que há de errado. Só podemos ficar atentos quando notamos que há problemas, quando as coisas não estão funcionando como deveriam, quando identificamos as contradições. Não é possível sabermos se será fácil ou difícil tratar ou considerar essas contradições e enfrentar esses problemas, mas refletir sobre o que ainda não está dando certo é uma das formas mais salutares para avançarmos no aprendizado e enxergarmos em uma nova perspectiva.

Dialogando com esses autores, reconhecemos o fato que o ser humano não nasce pronto para cooperar e que esta atividade é resultante de uma maturação afetivo-cognitiva. O sujeito para cooperar precisa ser capaz de ouvir e compreender o ponto de vista do outro operando por meio de capacidade de descentrar-se cognitivamente e afetivamente do seu ego em favor do outro, essa não tem sido uma tarefa fácil para nós humanos. Não por acaso a construção da cultura do planejamento é um dos desafios apontado pelo Ministério da Saúde, segundo avaliação registrada no PlanejaSUS (BRASIL, 2009).

Nessa perspectiva, é importante reconhecer como requisito para o desenvolvimento de uma atividade participativa, exercer e proporcionar mecanismos e tarefas que estimulem a maturação tanto cognitiva quanto afetiva, em função da intrínseca exigência de um alto nível de cooperação entre as pessoas como requer o Planejamento Participativo. Operávamos com dez categorias profissionais diferentes e com pontos de vistas diferentes, talvez sem reservarmos o tempo necessário nem utilizarmos mecanismos capazes de ajudar nos processos de maturação coletiva que proporcionassem a possibilidade de diálogos e consensos. Aprendemos que

O sujeito para cooperar precisa ser capaz de ouvir e compreender o ponto de vista do outro operando por meio de capacidade de descentrar-se cognitivamente e afetivamente do seu ego em favor do outro...

talvez seja necessário levarmos sempre em conta que a aplicação técnica de uma ferramenta simplesmente não garante os resultados almejados.

Essas reflexões deixam claro que não é possível atrelar de forma linear e/ou determinista que os resultados de uma ação humana coletiva estejam garantidos pelo fato de usarmos uma ferramenta de planejamento. Tampouco, é possível concluirmos linearmente que o fato de garantirmos a participação de todos por meio de uma metodologia participativa garante o processo democrático e que as ações saiam do papel e tornem-se ato ou potência.

Na verdade é importante reconhecer que o poder e/ou a potência não está na ferramenta, e sim, nas pessoas que operam com a ferramenta. E ainda, que a potência não está em um, ou em outro, e sim, em *todos* que assumem o poder de decidir coletivamente os rumos para os quais querem seguir como coletividade humana. Não basta apenas um saber-fazer que garante uma aplicação técnica de uma ferramenta participativa, é preciso avançarmos na competência do saber-ser. Ser participativo, democrático, paciente, tolerante, não é um aprendizado técnico, mas um aprendizado resultante de um refletir sobre nossas experiências de vida. As técnicas só fazem sentido a serviço da humanidade e da humanização.

A partir desta experiência foi possível reconhecer o Planejamento Participativo como um importante aliado nas atividades pedagógicas em saúde atentando para o cuidado também com a maturação do grupo na busca de um ideal superior aceito para que a cooperação não se efetive forçosamente e sim amorosamente, reconhecendo que nós humanos cooperamos, porque somos capazes de amar e amamos porque somos capazes de agir de forma cooperativa. É preciso cuidar para visualizar coletivamente um horizonte comum de significados, não esquecendo as individualidades presentes no processo

*É preciso cuidar para
visualizar coletivamente
um horizonte comum
de significados,
não esquecendo as
individualidades presentes
no processo e percebendo
em que medida cada um
está encontrando sentido
pessoal em realizar esta ou
aquela ação.*

e percebendo em que medida cada um está encontrando sentido pessoal em realizar esta ou aquela ação. Do contrário, será difícil a participação como livre expressão da potência.

A participação não é um ato que possamos estabelecer ou impor limites, ou seja, não é possível que alguém diga até onde vai ou com o quê, especificamente, o outro deve ou pode participar. A participação das pessoas em um processo coletivo não é algo passível de mensuração. Cada um participa com o que tem, e sobretudo, com o que é, disponibilizando sua capacidade de escuta, amorosidade, coragem, tolerância, e também com seu temor, desesperança e desconfiança. Talvez na medida em que o grupo for equacionando um saber-fazer e um saber-ser, algo novo possa ser criado, e então seja construído um novo jeito de caminhar.

Acreditamos que um ponto firme de uma gestão democrática talvez esteja em uma constante negociação que envolva a articulação individual-coletivo em busca do equilíbrio, embora sempre, necessariamente, distante. É na procura desse equilíbrio que as identidades se constroem, uma vez que é no e por meio dos grupos que nos constituímos como sujeitos.

3 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORDENAVE, Juan E. Diaz. Educar para uma sociedade participativa. In: **Revista Educação da AEC**, Brasília v.15, n. 60, abr./jul. 1986.

BRANDÃO, I. R. **Afetividade e participação na metrópole. Uma reflexão sobre dirigentes de ONGs da cidade de Fortaleza.** 2008. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde - Organização Pan-Americana da Saúde. **Sistema de Planejamento do SUS (PlanejaSUS):** uma construção coletiva - trajetória e orientações de operacionalização. 2009.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: Noções de Política Social Participativa.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.p.66-67.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.** 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009.

GANDIN, D. **A Prática do Planejamento Participativo.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

LIMA, L. O. **Dinâmica de grupo na empresa, no lar e na escola:** grupos de treinamento para produtividade. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005.

MORIN, E. **O Método 1 - A natureza da natureza.** 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2003.

SALES, I. C. **Os Desafios da Gestão Democrática da Sociedade em Diálogo com Gramsci.** 1. ed. Fortaleza: Edições UVA; Recife: Editora da UFPE, 2005.

VIANNA, I. O. A. **Planejamento Participativo na escola:** um desafio ao educar. São Paulo: EPU, 1986.